



Relações entre políticas para a infância e o primeiro-damismo no Brasil: gênero e tempo presente

Bruno Sanches Mariante da Silva¹

Resumo: O primeiro-damismo, modelo de atuação das primeiras-damas, teve no Brasil como principais expoentes Darcy Vargas (1930-1945; 1951-1954) – tida como fundadora de tal papel no país –, Sarah Kubistchek (1956-1961) e Ruth Cardoso (1995 – 2002), mesmo que com profundas variações entre si. Em 1º de janeiro de 2023, Luís Inácio Lula da Silva tomou posse em seu terceiro mandato como Presidente do Brasil, fazendo assim de sua esposa, a socióloga paranaense Rosângela Lula da Silva, a atual primeira-dama do país. Janja, como é conhecida, recusa tal título por justamente remeter a uma longa tradição de atuação próxima ao assistencialismo, à filantropia e à concepção de uma figura acessória ao poder. Na presente comunicação, intento apresentar uma reflexão sobre as relações entre a atuação da primeira-dama no Brasil e a elaboração, divulgação e consolidação de políticas públicas para a infância e adolescência. Nesse sentido, é possível percebermos que as primeiras-damas do Brasil, usualmente, ocuparam-se dos cuidados e da proteção de crianças e adolescentes, no entanto, os pontos de interesse e formas de abordagem transformaram-se no tempo, atendendo demandas sociais, políticas e até mesmo pessoais. É preciso também considerar e analisar que as primeiras-damas podem ser importantes agentes políticos e de representações de gênero, tanto no sentido de construção quanto de reconstrução de papéis historicamente cristalizados.

Palavras-chave: Primeiro-damismo; Políticas públicas para infância; Gênero; Política brasileira.

Era, a venerada extinta, um dignificante exemplo de virtudes, refletindo, sua personalidade através de excepcionais dotes de altruísmo e abnegação, de modo a encarnar, fielmente, as mais nobres qualidades da mulher brasileira, sempre inclinada à prática do bem, dentro dos legítimos preceitos da religião católica que professava com sinceridade e devoção (Boletim da LBA, n.27, setembro de 1947, p.3)

A passagem que abre esse texto, extraída da publicação *Boletim da LBA*, é uma homenagem a Carmela Dutra, primeira-dama do Brasil entre 1946 e 1947, por ocasião de seu falecimento. No excerto, é possível, de forma geral, percebermos certo conjunto de valores que é acionado para descrever e homenagear a vida da então primeira-dama do Brasil e que acabara de falecer: altruísmo, abnegação, devoção religiosa e função modelar as demais

¹Doutor em História (UNESP), professor adjunto da Universidade de Pernambuco (UPE), campus Petrolina, bruno.sanches@upe.br.

mulheres brasileiras. As representações das primeiras-damas como mulheres abnegadas e dedicadas às causas sociais são a tônica dominante quando se trata de pensar essas mulheres e seus papéis sociais (e políticos?) no Brasil. Nesse sentido, queremos destacar que os projetos e ações mobilizados para a proteção e os cuidados com a infância e a juventude têm também marcadas trajetórias do primeiro-damismo brasileiro.

O presente texto, muito longe de ser uma completa discussão sobre as trajetórias do primeiro-damismo no Brasil e suas ações, tem por propósito central estabelecer uma relação com o tempo presente e refletir sobre as transformações e permanências no que se espera (e cobra e critica) da postura de uma primeira-dama. Passaremos, brevemente, em análise algumas declarações e projetos envolvendo a esposa do atual presidente do Brasil, Janja da Silva. É preciso também evidenciarmos, logo de início, que o texto que se segue é muito mais fruto de elucubrações e reflexões ainda em estágio de desenvolvimento. Como pesquisador do primeiro-damismo no Brasil, me ocupei, por certo tempo, em pensar as trajetórias de outras primeiras-damas, em especial Sarah Kubistchek. Desse modo, as reflexões aqui apresentadas são iniciais de um longo processo e protejo em desenvolvimento.

Rosângela Lula da Silva é a terceira esposa de Luís Inácio Lula da Silva, atual presidente do Brasil servindo em seu terceiro mandato presidencial (2003-2006; 2007-2010; 2023 -). Janja, como é conhecida, nasceu em União da Vitória, região sul do estado do Paraná, é socióloga – formada pela Universidade Federal do Paraná – e é membra do Partido do Trabalhadores, mesmo de seu esposo, desde muito jovem, tendo se filiado em 1983. Janja cumpriu longa carreira administrativa no setor elétrico brasileiro, tendo sido coordenadora de programas de impacto ambiental e desenvolvimento sustentável na Itaipu Binacional –uma das maiores geradoras de energia renovável do mundo – e também na Eletrobrás (cedida pela Itaipu), empresa nacional de geração de energia. Janja desligou-se da Itaipu apenas em 2020, já no contexto de namoro com Lula. A socióloga casou-se com o viúvo Lula em 18 de maio de 2022, já em meio aos preparativos para a corrida presidencial daquele ano, que culminaria com a eleição de Lula frente a derrota do então presidente Jair Bolsonaro no segundo turno realizado em 30 de outubro. Assim, Janja tornara-se “primeira-dama” do Brasil, a primeira paranaense.

O termo “primeira-dama” aparece entre as aspas, especificamente, nas menções sobre Janja, uma vez que ela já afirmara que não gosta do termo. Em entrevista à Revista Vogue Brasil, publicada online em 01/01/2023 – dia da posse presidencial –, Janja afirmou:



“Primeira-dama é o quê? Dama? É uma coisa tão patriarcal. [...] Já quebrei a cabeça tentando encontrar um substituto. Já me chamaram de primeira companheira, que também não gosto. Companheira é uma coisa muito do PT. Sou a Janja.” (SILVA, Janja. Revista Vogue Brasil, 01/01/2023). A revista também relata que em reunião do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos, ainda no governo de transição, a então coordenadora, deputada Maria do Rosário (PT-RS), referiu-se diversas vezes a Janja como “primeira-dama”, que prontamente corrigiu a colega: “Não precisam me chamar de primeira-dama, me chamem de Janja mesmo” (Revista Vogue Brasil, 01/01/2023). Após a posse, Janja voltaria a questionar o título em entrevista à rede de televisão paga GloboNews, veiculada em 5 de janeiro de 2023: “É Janja Lula da Silva, esposa do presidente Lula. Tem primeiro-damo? Não! Chama o nome do homem, esposo de... Janja Lula da Silva, esposa do presidente Lula, até o momento que não precise mais do apóstrofo”. No cerimonial oficial do Palácio do Planalto a instrução é apresentá-la como “Senhora Janja Lula da Silva”, sem títulos. O que Janja questiona não é apenas o conceito “primeira-dama”, mas também trajetória que ele representa nos campos social e político do Brasil. Janja busca criar para si um posto de atuação política e na construção de políticas públicas e projetos em determinadas áreas, assim, distanciar-se de uma figura acessória ao poder, decorativa ao lado do homem, o presidente, a plena representação do poder. Voltaremos mais adiante as reflexões sobre Janja e a construção de novos espaços e referências para o primeiro-damismo no Brasil.

1. Primeiro-damismo no Brasil

A atuação das primeiras-damas no Brasil esteve (está?) fortemente associada com a assistência social. É preciso pensarmos que o modelo de primeira-dama da República²consolida-se certamente, a partir dos Estados Unidos, onde o termo apareceu a primeira vez em 1860 no *Frank Leslie's Illustrated Newspaper* em uma referência a Harriet Lane, sobrinha do presidente – solteiro – James Buchanan, cabendo, portanto, a ela organizar recepções e festividades, bem como acompanhar o presidente nesses eventos (ANTHONY, 2008). Segundo o historiador estadunidense Carl Anthony (2008) a relação das primeiras-damas estadunidenses com as questões de assistência social data do início do século

² Alguns autores, a exemplo de Guedes e Melo (2020) e Torres (2002), situam as imperatrizes e rainhas-consorte como primeiras-damas, no Brasil também. Em sentido muito parecida, a revista *Manchete*, em edição de 1959 (1959, ed.0371), também situa as esposas de imperadores brasileiros como primeiras-damas.



XX, no entanto o autor ressalta que Mary Lincoln (1861-1865), esposa de Abraham Lincoln, já havia atuado como enfermeira na Guerra Civil (1861-1865) e se engajado em causas abolicionistas (ANTHONY, 2008). O papel moderno das primeiras-damas foi, sem dúvida, moldado pela atuação de Eleanor Roosevelt (1933-1945), que além de marcante atuação junto às questões sociais no país, tornou-se célebre pela defesa dos direitos humanos no cenário internacional. No Brasil, a criação de modelo de atuação das primeiras-damas da nação dá-se a partir da trajetória de Darcy Vargas. Guedes e Melo (2020) nos indicam que as esposas dos primeiros presidentes da República, como Mariana da Fonseca e Josina Peixoto, já recebiam cartas com pedidos de auxílio diversos.

A atuação de Darcy Vargas ficou muito marcada, e é até hoje lembrada na historiografia e, de certa forma, na memória coletiva, muito em razão da criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942. Não obstante, Darcy Vargas já havia se dedicado à filantropia e benemerência anteriormente, especialmente durante a campanha de seu marido, Getúlio Vargas, para tomar o poder em 1930 (SIMILI, 2008; PEIXOTO, 1960). Contudo, a LBA se tornaria a maior instituição de assistência social do Brasil. Quando foi criada, tinha como objetivo central prestar amparo às famílias dos expedicionários brasileiros que haviam sido enviados para combater os países do Eixo na Europa durante a Segunda Guerra Mundial. Com o final do Estado-Novo (1945), a LBA teve, a partir de 1946, como novo propósito prestar assistência à infância e à maternidade no Brasil. Assim, a instituição se expandiu por todo o país promovendo cursos e concursos de robustez infantil, construindo e equipando postos de puericultura. A LBA foi extinta em 1º de janeiro de 1995, num contexto em que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já haviam sido aprovados, o que levou a proteção e assistência à infância e juventude diretamente para o escopo de atuação do Estado Brasileiro.

A LBA tinha previsto em seus regimentos que a presidência da instituição seria da primeira-dama da nação, uma vez que ela havia sido fundada por Darcy Vargas (SILVA, 2020). Tendo em vista que não se trata de uma disposição impositiva, algumas primeiras-damas não ocuparam tal posto. Ocuparam a presidência da LBA: Darcy Vargas (1942-1945; 1951-1955); Carmela Dutra (1946-1947); Eloá Quadros (1961); Maria Thereza Goulart (1961-1963); Yolanda Barbosa da Costa e Silva (1967-1973) e Rosane Collor (1990-1991). É possível afirmarmos que a atuação da LBA colaborou significativamente para a representação das primeiras-damas brasileiras ligadas à assistência social. Como evidenciado por Torres

(2002, p.25), “a imagem que se constrói em torno delas como mulheres abnegadas, vocacionadas e sensíveis às causas sociais também contribui para a aceitação e prestígio junto aos setores subalternizados para os quais são dirigidas as suas ações.” Isto posto, é importante refletirmos que tais representações engendram, significativamente, relações e poderes políticos.

É longa e profícua a reflexão sobre a relação das mulheres com o espaço dos cuidados, isto é, a representação e a prática correntes são de que cabe às mulheres, especialmente, a responsabilidade de cuidar e amparar os membros da família e da comunidade. Nas primeiras décadas do século XX, quando as mulheres passaram, contundentemente, a buscar por mais espaços e postos de trabalho, sobretudo, as mulheres de classe média e com escolarização, o que se observa é um forte discurso de utilização da maternidade como inserção feminina nos espaços públicos. É a ideia de uma atuação pautada por uma concepção de “maternidade pública” (MOTT, 2001; FREIRE, 2009; MARTINS, 2011). O maternalismo é uma forma de entendimento sócio-política que parte do pressuposto que as características ditas femininas permitem às mulheres uma inserção efetiva no ambiente público e no mercado de trabalho (MOTT, 2001; FREIRE, 2009; MARTINS, 2011). Nesse sentido,

O lugar das mulheres estava, portanto bem definido: era o lar, como esposas amorosas, mães dedicadas e senhoras benevolentes. Suas qualidades naturais e morais as habilitavam para a maternidade e as lides domésticas, mas também se esperava, tanto do ponto de vista da religião quanto da filosofia moral, que essas qualidades fossem estendidas para os outros, para aqueles que sofriam e que precisavam de cuidados. (MARTINS, 2011, p.21).

Martins (2011) enfatiza como o lugar pensado e definido socialmente para as mulheres já articulava a ideia de uma atuação nos cuidados e, assim, na filantropia e na benemerência. Dessa maneira, a atuação das primeiras-damas esteve, mormente, atrelada a essa concepção de “maternidade pública”, ou seja, utilizar do pressuposto de natureza feminina ligada à maternidade para atuar no espaço público. As ações das primeiras-damas estariam, portanto, mais próximas da figura materna do que da figura política. Nesse ponto também Darcy Vargas é um exemplo importante a ser pensado. Com os expedicionários brasileiros em guerra, a LBA incentivou que mulheres brasileiras escrevessem cartas para eles para que, dessa maneira, mantivessem o ânimo. Essa campanha foi chamada de “Madrinha do combatente”. Em 1945, na publicação oficial da LBA, o Boletim da LBA, um cartaz de tal



campanha foi reproduzido, no qual pode-se observar um soldado lendo uma carta e, em segundo plano, uma família – a sua família – sendo protegida por outra mulher. Acima de todo o conjunto figurativo, a frase “Alguém protege teu lar” (figura 1). Darcy Vargas surge como a grande protetora da família brasileira, como esse alguém que protege os lares brasileiros, a representação feminina no cartaz carrega inclusive traços semelhantes com a então primeira-dama.

Figura 1: Cartaz da campanha “Madrinha do combatente”.
(Fonte: LBA. 1977 apud SILVA, 2020).



O papel de mãe dos brasileiros passa a ser diretamente trabalhado em Darcy, mais efetivamente quando em 1943 o casal Vargas perde o filho mais novo, Getulinho. Em um momento em que os filhos de tantas mães iam à luta na Europa, Darcy também sofria essa perda (SIMILI, 2008). Na longa tradição, o primeiro-damismo ficou, de certo modo, associado a um exercício público da maternidade, em uma espécie de maternidade coletiva.

2. O primeiro-damismo e assistência e à infância

Encontramo-nos, claramente, limitados pela impossibilidade concreta de, no curto espaço desse texto, nos aprofundarmos e, de modo completo, nos ocuparmos das ações e



projetos de todas as primeiras-damas no que tange à infância e à juventude. Mesmo o recorte posterior a Darcy Vargas torna-se impossível em exígua delimitação. Desse modo, vamos apresentar apenas alguns exemplos de projetos, ações e representações da infância nas atuações das primeiras-damas, a começar com a própria fundadora desse papel moderno.

Darcy Vargas criara em 1938 a Fundação Darcy Vargas, que promovia ações, projetos e campanhas de assistência em geral (essa instituição é, portanto, anterior à LBA, fundada em 1942). A fundação tem seu primeiro grande fruto no ano seguinte com a criação da Casa do Pequeno Jornaleiro, que se tratava de uma instituição para abrigar meninos em regime tanto interno quanto externo, e que poderiam se dedicar à profissão de jornaleros e manter-se estudando, assim criavam uma pequena poupança e estudavam. Era o princípio de uma ação mais direcionada à formação da população atendida pelas obras filantrópicas, e não somente a distribuição de produtos e/ou benefícios. Importante também evidenciar que Darcy já esboçava a parceria com o empresariado, que viria a compor a estrutura da LBA. Os proprietários e representantes de jornais e de revistas possuíam assento como conselheiros na Fundação e financiavam as ações. Essa obra tem grande importância para Darcy, posto que após deixar de ser primeira-dama, em 1954, e afastar-se da LBA, permaneceu trabalhando na Casa do Pequeno Jornaleiro até a sua morte em 1968. Importante, nesse sentido, evidenciar certa consonância da ação da Casa do Jornaleiro com o a política de Vargas com o trabalhismo no Brasil. Não só as políticas, a exemplo das promulgações de leis que culminaram na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943, mas também, e sobretudo, o imaginário brasileiro construído no período de que a salvação e o progresso social e econômico dar-se-iam única e exclusivamente por meio do trabalho assalariado (GOMES, 1994; KOWARICK, 1994). Na LBA enquanto presidente, Darcy também foi responsável por diversos programas e projetos para proteção da infância e da juventude, especialmente no período pós-guerra, mas por característica da instituição, os projetos ao passo que eram múltiplos eram também concentrados. Isto é, a temática predominante era a construção de discursos médico-sanitários em torno da maternidade, da infância e da juventude, com grande ênfase na divulgação dos ditames da puericultura (SILVA, 2020).

Podemos também pensar a ação de outra primeira-dama que desenvolveu larga ação assistencial: Sarah Kubistchek. Sarah Lemos Kubistchek de Oliveira foi primeira-dama de Belo Horizonte, de Minas Gerais e do Brasil, e em todas as esferas sempre elaborou projetos e criou instituições voltados à assistência, particularmente, à infância e à juventude. Sarah não



assumiu a presidência da LBA, conforme previam os estatutos da instituição. No lugar, empenhou-se na construção e desenvolvimento de uma instituição própria, a Fundação Pioneiras Sociais (FPS), criada em 1956, ano em que o casal Kubistchek chegou ao poder na Presidência da República. A atuação de Sarah, ampla e múltipla como era de praxe a uma primeira-dama, foi também bastante marcada pela área da saúde. A FPS fundou um centro de pesquisas e combate ao câncer, construiu hospitais e maternidades, promoveu a interiorização dos cuidados médicos e criou uma rede de reabilitação motora. Vamos nos concentrar, preferencialmente, nesses últimos dois casos, pois mais ligadas à infância e à juventude.

Provavelmente o legado de maior reconhecimento até hoje da obra da primeira-dama Sarah Kubistchek seja o Centro de Reabilitação Sarah Kubistchek em Brasília (atual Hospital Sarah Kubistchek), um centro de grande referência na reabilitação motora. No processo da construção da capital federal pelo então presidente Juscelino Kubistchek, os aparatos de saúde eram necessários e urgentes. No entanto, desde que a família chegara ao poder federal, em 1956, vinha também enfrentando os graves problemas de coluna de uma de suas filhas, Márcia, então com 13 anos. Devido a um desvio na coluna, a menina precisou de cuidados médicos específicos e até mesmo tratamento e cirurgia realizados nos Estados Unidos. Desse modo, um dos maiores projetos da FPS tinha origem, especialmente, desse lugar de Sarah enquanto mãe vivenciando tais dificuldades e angústias, como demonstrou Bojunga (2010) e o próprio Juscelino aborda em sua autobiografia: “A doença de Márcia, sendo a primeira que turbava a placidez daquela vida em conjunto, afetou-nos profundamente. [...] Passei a viver, então, dias de apreensão.” (OLIVEIRA, 1978, p.110). O Centro depois tornou-se Hospital e hoje compõe a Rede Sarah, organização de hospitais dedicados às questões motoras e de ortopedia e já presente em sete diferentes capitais brasileiras e com duas unidades em Brasília.

O segundo projeto de Sarah que gostaríamos de abordar é o amplo e longo processo de interiorização dos cuidados médicos. A Fundação Pioneiras Sociais implantou, ainda em 1956, o projeto “Saúde sobre rodas”, que consistia em ônibus equipados com aparelhos médicos e odontológicos, inclusive para a realização de exames mais complexos, que rodariam os subúrbios do Rio de Janeiro. Depois esse programa foi expandido para o interior do Brasil, em regiões com maiores dificuldades de acesso e com menores índices de cuidados médicos. A expansão do programa foi tão grande que em 1960, Sarah Kubistchek, na companhia do Ministro da Saúde e Presidente da LBA, o médico Mário Pinotti, fazia a



entrega de lancha-hospital para poder percorrer regiões dos estados do norte do Brasil onde a chegada era possível apenas por vias fluviais (SILVA, 2019). Evidentemente é bastante complexo precisar ou delimitar o grau de influência na qualidade de vida da população por esses projetos, e mesmo não seria esse nosso ponto aqui. O que nos interessa, nesse projeto em si, é a coadunação que a instituição presidida por Sarah Kubistchek apresentava com as políticas do governo JK.

O governo JK, nas análises de Hochman (2009) e Silva (2008), estava bastante concentrado na interiorização dos cuidados médicos e assim eliminar, sobretudo as endemias rurais³. Está presente uma noção de desenvolvimentismo-sanitarista, pois o aprimoramento das condições higiênicas e sanitárias da população, como um todo, contribuiria para o desenvolvimento e progresso da nação em geral. Nesse sentido, havia uma tríplice aliança de poder: JK – Mário Pinotti – Sarah Kubistchek, assim integrando governo federal, ministério da saúde, LBA e a FPS num amplo processo de interiorização de cuidados médicos e assistência social à infância e à juventude.

E para finalizar essa explanação sobre a atuação de Sarah, gostaríamos apenas de mencionar outra ação de Sarah Kubistchek ainda em 1956, ano da posse de Juscelino na Presidência. Trata-se da abertura dos jardins dos Palácios do Catete e da Guanabara para que as crianças do Rio de Janeiro pudessem entrar e lá brincar, isto é, a abertura pública desses jardins. A revista O Cruzeiro assim noticiou:

CRIAR condições favoráveis ao bom desenvolvimento infantil é uma das muitas tarefas do agitado mundo de hoje. Fazer com que as crianças se sintam mais livres, dispondo de uma espontaneidade maior é, também, uma bela iniciativa agora empreendida pelo grupo das Pioneiras Sociais. Esta instituição, dirigida por D. Sara [sic] Kubitschek, lembrou-se das muitas crianças situadas como prisioneiras detrás das grades e janelas de vidro dos apartamentos. Sem lugar para brincar. Sem visões outras que edifícios e carros correndo nas ruas. (O Cruzeiro, ed.039, p.20, 1956.).

O projeto, e a reportagem, evidenciam essa suposta ligação especial da primeira-dama com as crianças, uma vez que essa decorre da maternidade. A matéria era acompanhada de

³ O médico sanitário Mário Pinotti foi responsável pela composição do projeto para a saúde no Programa de Campanha do candidato JK. Depois no governo foi diretor do Departamento Nacional de Endemias Rurais (1956), presidente da LBA (1957-1960) e Ministro da Saúde (1958-1960)

uma série de fotografias da “petizada” correndo e brincando nos jardins, e também acompanhadas pela primeira-dama Sarah Kubistchek.

Figura 2: A primeira-dama Sarah Kubistchek cercada por crianças nos jardins do Palácio do Catete. Fonte: O Cruzeiro, ed.039, p.20, 1956.



3. Janja: a não-primeira-dama

Como já apresentamos no início deste texto, Rosângela Lula da Silva, a Janja, tem buscado distanciar-se do perfil historicamente convencional de primeira-dama, inclusive evitando que assim seja chamada. Procuramos até esse momento demonstrar algumas das características desse perfil, especialmente por meio do exemplo de duas das primeiras-damas mais referenciadas como modelo: Darcy Vargas e Sarah Kubistchek. Trata-se, sobretudo, de um perfil centrado no papel de cuidados com a população tendo a maternidade como alicerçadora das ações dessas mulheres. E, mormente, o papel de bastidores, de fora da cena pública – muito mais personificado por Darcy do que por Sarah –, de construção mais silenciosa de programas e ações em prol da infância e da juventude, especialmente. Janja em tudo se opõe. Tem uma atuação bastante longa na política partidária, como já mencionado é afiliada ao mesmo partido de seu atual marido desde o ano de 1983 e sempre esteve envolvida nas questões partidárias, participando ativamente de convenções, assembleias e eleições. No entanto, nunca disputou cargos eletivos. Janja é, frequentemente, apontada, por jornalistas, políticos e cientistas políticos, como peça-chave na tensa eleição de 2022, na qual o ex-presidente Lula (PT) disputava a preferência do eleitorado com o então presidente Jair



Bolsonaro (PL). A articulação que ela construiu com o setor cultural teria sido fundamental para a amplitude da campanha. No lançamento da pré-candidatura da chapa Lula-Alckmin, Janja, além de discursar, surpreendeu o marido com a exibição de vídeo com o clássico jingle da campanha presidencial de 1989 “Sem medo de ser feliz”, agora revitalizado com cantores como Pabllo Vittar, Daniela Mercury, Maria Rita, Chico César e muitos outros. Além de ter sido a responsável pela Cerimônia de Posse, transformada em grande festa popular com centenas de artistas se apresentando em Brasília.

A outra questão importante é que Janja quando se coloca em projetos e ações de assistência e políticas públicas não o faz com o papel de “mãe da nação”. Janja é apenas a quarta mulher das trinta quatro que já ocuparam o posto de “primeira-dama” que não é mãe (somando-se a Mariana da Fonseca (1889-1891), Nair de Teffé (1913-1914), ambas na Primeira República, e Rosane Collor (1990-1992), já na Nova República). Desse modo, Janja não se utiliza da maternidade para atuar pública e politicamente. Ela o faz como uma agente política. Declaradamente feminista (talvez também a primeira a assumir publicamente), tem defendido maior e plena participação das mulheres na política e não apenas nos bastidores, como auxiliares do poder.

Um breve exemplo de atuação de Janja são as campanhas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, que ela já declarou publicamente como prioridade. Em cerimônia em alusão ao Dia de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no dia 18 de maio de 2023, Janja, em discurso, declarou: “A parceria entre a sociedade civil e o Estado na reconstrução e execução das políticas de proteção para crianças e adolescentes é o único clima que pode pintar” (Correio Braziliense, 18/05/2023). A mensagem, além de reforçar a união da sociedade civil e do governo em prol do combate à exploração sexual infantil, faz menção a uma declaração do ex-presidente Bolsonaro. Em outubro de 2022, no contexto da eleição presidencial, o então presidente Bolsonaro mencionou que um dia andando de moto nos arredores de Brasília se deparou com meninas venezuelanas contanto por volta de 14 anos e que quando se aproximou delas teria “pintado um clima”, referindo-se a certo flerte, certo interesse romântico-sexual. A frase repercutiu muito mal, sobretudo, pela situação de vulnerabilidade social das meninas, e claro, pelo fato de serem menores de idade. Essa é uma postura que Janja assume, mesmo quando trata de



assuntos de assistência social e/ou ligados à infância e à juventude não o faz enquanto “mãe”, mas sim enquanto política e trata o debate como político público, não de bastidores⁴.

É claro que as ações de Janja não passariam incólume pela classe política e pela imprensa brasileira. “Janja amplia protagonismo e incomoda oposição e aliados” (Revista Veja online, 06/10/2023); “Oposição questiona atuação de Janja no governo” (CNN online, 02/10/2023); “Janja assume agenda presidencial no lugar de Alckmin” (Gazeta do Povo, 28/09/2023). As manchetes citadas são apenas uma pequena amostra do que se pode encontrar na imprensa brasileira. As críticas sempre existiram desde que Janja apareceu publicamente, primeiro como namorada de Lula ainda preso, depois como esposa e “primeira-dama”, no entanto, essas críticas se agudizaram entre setembro e outubro de 2023, em razão da necessidade de o presidente operar o quadril e, portanto, permanecer sem agenda pública. Nesse período houve grande catástrofe ambiental nos estados do Sul do país, especialmente o Rio Grande do Sul, Janja foi então incumbida de representar a Presidência da República e chefiar a comitiva de ministros em visita ao estado sulista. As críticas foram enormes. Nesse sentido, nos coadunamos à reflexão que Guedes e Melo (2023) propuseram em outra específica sobre Janja quando mencionam as críticas que ela tem recebido:

Os críticos, porém, não consideraram – ou não quiseram considerar – um ponto essencial: os 40 anos de militância partidária de Janja. A menina de 17 anos que se filiou ao PT em 1983 jamais deixou de fazer política. Era um “ser político”, como a definiu o coordenador do MST no Paraná, Roberto Baggio (GUEDES, MELO, 2023, p.134)

Para finalizar, gostaríamos de salientar a forma como, por vezes, Janja reforça o papel de primeira-dama, mesmo que não o queira⁵. E nesse sentido é possível pensar duas questões concretas: a primeira delas é que o casamento de Janja e Lula em 18 de maio de 2022, já em plena pré-corridadpresidencial, tornou-se o mote principal de toda a campanha presidencial de Lula, que abusou do lema “O amor vence o ódio”. Isto é, Lula ainda muito visto como um político radical, um extremista, mas a figura feminina, bonita e trinta anos mais jovem, de

⁴ Há diversas menções às interferências de Janja nos rumos da política nacional, desde a escolha de ministros e ministras até a assertiva frase no dia em que Brasília foi depredada por apoiadores do ex-presidente Bolsonaro em que Janja teria enfatizado que “GLO(Garantia da Lei e Ordem) é golpe” (GUEDES, MELO, 2023)

⁵ Gostaria de agradecer aos/as participantes do Simpósio Temático 02 “Relações de gênero, famílias e infâncias sob o enfoque da História do Tempo Presente” que fizeram importantes colocações para a complementação dos pensamentos apresentados na comunicação oral. Essa discussão foi uma delas.

algum modo suavizaria essa imagem. Isto é, muito próximo do caso de Hermes da Fonseca que em tendo ficado viúvo em 1912, rapidamente casou-se com Nair de Teffé em 1913, para que o Presidente não ficasse sem seu complemento feminino (SILVA, SIMILI, 2011). Nesse sentido, mesmo que não o queira, a figura de Janja ao lado de Lula retomaria o papel da primeira-dama. Outro exemplo é extraído da já citada comitiva governamental de suporte ao estado do Rio Grande do Sul durante as enchentes em setembro e outubro. Janja foi extensivamente fotografada amparando e entregando alimentos para as populações afetadas, maciçamente representadas nas fotografias por também mulheres. Os historiadores muito pouco se permitem a aventura do “se”, mas cabe a reflexão: será que se o Presidente Lula (ou mesmo o Vice-Presidente Geraldo Alckmin) tivesse ido à visita seria fotografado cercado por mulheres e distribuindo cestas básicas como na figura 3?

Figura 3: Janja (ao centro), acompanhada por comitiva de ministros, distribui mantimento às populações assoladas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Foto: Claudio Kbene para Carta Capital Online, 28/09/2023.



4. À guisa de conclusão: o passado que não passa

Aí encontramos a importância da discussão de tempo presente, isto é, de pensarmos as nossas relações com esses passados que não passam (DOSSE, 2017). De que maneira ainda se faz tão presente a concepção da mulher-mãe para agir no espaço político, terá o maternalismo terminado sua vigência? De que maneiras ainda se pensa a figura feminina como suavizadora e tranquilizadora para o homem, especialmente na política, seja como primeiras-damas, seja como “complementares” em chapas de campanha? Essas são algumas das



perguntas que ainda estamos nos fazendo, enquanto pesquisadores e enquanto cidadãos. O que podemos, de antemão destacarmos, especialmente por meio da análise da trajetória de Janja é que esse papel de primeira-dama, eternizado pelas “grandes damas” como Darcy Vargas e Sarah Kubistchek, é ainda um lugar de memória e representações muito forte, e ao qual o público brasileiro parece muito familiarizado e seguro. Temos observados novos formatos do primeiro-damismo surgirem no mundo, desde a atuação de Michelle Obama, nos Estados Unidos, até mais recente dois casos considerados emblemáticos, e que requerem ainda larga atenção: a figura da atual primeira-dama dos Estados Unidos, Dra. Jill Biden, que faz questão de ser tratada por doutora e de continuar lecionando na universidade. De certo modo é uma revolução no trato e nas representações das primeiras-damas. Outro caso significativo é de Brigitte Macron, primeira-dama da França, pois aciona uma série de questões sobre as representações femininas, posto que Brigitte é vinte anos mais velha que seu marido, o Presidente Macron, além de ter sido sua professora quando ele era aluno de ensino médio de 15 anos e se apaixonara por sua professora.

As reflexões que têm tomado a sociedade brasileira nos últimos anos pautadas, mormente, pelos movimentos feministas de que a maternidade não pode ser pensada de forma compulsória, como destino impositivo das mulheres, parecem, contudo, ainda distantes do objetivo central, apesar de já terem logrado importantes vitórias. A infância e a juventude não podem ser um campo privilegiado de atuação de mulheres, como únicas responsáveis, mesmo quando estão na política.

Uma mulher feminista que não é mãe e que atua abertamente na política ombreando com homens pode ser uma “primeira-dama”, que “dama” seria essa? Essa talvez seja muitas das respostas que Janja espera dar, precisamos observar.

Referências

ANTHONY, Carl. **First Ladies, a short History**. 14 de julho de 2008. Disponível em <http://www.firstladies.org/documents>.

BOJUNGA, Cláudio. **JK: o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; GANSTER, Rafael; ORBEN, Tiago Araújo (orgs.). **Diálogos do Tempo Presente: Historiografia e História**. Porto Alegre: Editora F, 2017.

FREIRE, Maria Martha L. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.



GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUEDES, Ciça. MELLO, Murilo F. **Todas as mulheres dos presidentes: a história pouco conhecida das primeiras-damas do Brasil desde o início da República**. Rio de Janeiro: Máquina de livros, 2019.

GUEDES, Ciça. MELLO, Murilo F. **Janja: a militante que se tornou primeira-dama**. Rio de Janeiro: Máquina de livros, 2023.

HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul.2009, p.313-331.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MARTINS, Ana Paulo V. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, V.18, supl.1, dez.2011, p.15-34.

MOTT, Maria Lúcia. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930 – 1945). **Cadernos Pagu** (16) 2001: pp. 199-234.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. **50 anos em 5. Meu caminho para Brasília**. Volume III. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978.

PEIXOTO, Alzira Vargas do A. **Getúlio, meu pai**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960.

SILVA, Renato. **Malária e desenvolvimento: a saúde pública no governo JK (1956-1961)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2008.

SILVA, Ivanete Paschoalotto; SIMILI, Ivana Guilherme. Nair de Teffé: uma narrativa biográfica para as mulheres dos séculos XIX e XX. **Revista Diálogos & Saberes**, v. 7, n. 1, 2011.

SILVA, Bruno S. M. **Assistência à saúde na trajetória da primeira-dama Sarah Kubitschek**. Anais Eletrônicos do 2º Encontro Internacional História & Parcerias, 2019. Disponível em: <https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/>

SILVA, Bruno S. M. **Modernidade e assistência social no Brasil dos Anos Dourados: a atuação da Legião Brasileira de Assistência (1945-1964)**. Curitiba: CRV, 2020.

SIMILI, Ivana. **Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Edunesp - Editora da Unesp, 2008.

TORRES, Iraídes. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

Fontes periódicas

Boletim da LBA, n.27, setembro de 1947



Carta Capital Online, 28/09/2023

CNN online, 02/10/2023

Correio Braziliense, 18/05/2023

Gazeta do Povo, 28/09/2023

Manchete, ed.0371, 1959.

O Cruzeiro, ed.039, 1956.

Revista Veja online, 06/10/2023

Revista Vogue Brasil, 01/01/2023